

Globalização, Avanços das Políticas Neoliberais e Educação Ambiental

Wagner da Cruz Silva¹

Resumo

Refletir sobre as práticas sociais em um contexto globalizado, marcado, entre outros fatores, pela degradação do meio ambiente, é tarefa necessária e imprescindível na articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. Nesse sentido, o artigo em pauta trata-se de um ensaio teórico que tem como objetivo trazer reflexões acerca do avanço do processo da globalização e das políticas neoliberais, buscando compreender os meandros da relação mantida entre o capital, a educação e a necessidade, cada vez mais pungente, de preservação ambiental e sustentabilidade. No entanto, o estudo não pretende justificar ou apenas esta ou aquela ideologia no que se refere à atual situação social, ambiental, política e educacional; pretende, sim, discorrer sobre os protagonistas históricos que trouxeram a sociedade até este ponto: o neoliberalismo, as práticas da globalização e as vertentes educacionais com vistas à incorporação dos conceitos sustentáveis. Os estudos apontam que é necessária a coexistência harmônica entre economia e meio ambiente, através de um desenvolvimento praticado de forma sustentável, voltado para a preservação dos recursos existentes atualmente.

Palavras-chave: Meio Ambiente - Educação – Globalização.

Globalization, Advancement Of Neoliberal Policies And Environmental Education

Abstract

Reflecting on the social practices in a globalized context, marked, among other factors, by environmental degradation, and work is necessary and indispensable in connection with the production of meanings regarding environmental education. In this sense, the article in question it is a paper that aims to bring reflections on the progress in the process of globalization and neoliberal policies, seeking to understand the intricacies of the relationship maintained between the capital, education and the need ever more poignant, environmental preservation and sustainability. However, the study seeks to justify or just this or that ideology in relation to current social, environmental, political and educational, intended, rather, to discuss the historical actors who brought the company up to this point: neoliberalism, the practical aspects of globalization and education aimed at the incorporation of sustainable concepts. Studies indicate that it is necessary to harmonious coexistence between economy and environment, by developing a sustainable way, focusing on the preservation of existing resources today.

Keywords: Environment - Education – Globalization.

¹ Mestrando em Educação pelo Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação da Universidade Federal de Sergipe – NPGED/UFS; membro de Grupo de Pesquisas Educação e Contemporaneidade-EDUCON/UFS – cws22@msn.com.

Introdução

A questão ambiental revela o retrato de uma crise pluridimensional que aponta para a exaustão de um determinado modelo de sociedade que produz, desproporcionalmente, mais problemas que soluções; e onde as soluções propostas, por sua parcialidade, limitação, interesse ou má fé, terminam se constituindo em nova fonte de problemas (LIMA, 1999).

Para o supracitado autor, a questão ambiental emerge como problema significativo, a nível mundial, em torno dos anos 1970, expressando um conjunto de contradições entre o modelo dominante de desenvolvimento econômico-industrial e a realidade socioambiental. Essas contradições, engendradas pelo desenvolvimento técnico-científico e pela exploração econômica, revelaram-se na degradação dos ecossistemas e na qualidade de vida das populações, levantando, inclusive, ameaças à continuidade da vida em longo prazo.

Nessa perspectiva, a concepção de uma sociedade humana autossustentável é relativamente recente. Contudo, desde a Revolução Industrial, mais destacadamente a partir da segunda metade do século XIX, a degradação ambiental ganhou maior ênfase nos meios acadêmicos. Fatores como o crescimento populacional desorganizado, e uma ação social, política e econômica pautada pelos valores neoliberais levaram o planeta a uma situação extremamente delicada.

Em 1968, intelectuais e ambientalistas, preocupados com a crescente interferência humana sobre os recursos naturais do planeta, fundaram o Clube de Roma. Além de mentor, a principal liderança do Clube foi Dennis L. Meadows, cuja obra, *The limits to growth*, tornou-se marco expressivo na literatura especializada nos recursos terrestres.

Duas décadas depois, em 1987, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas elaborou o documento “Relatório Brundland”, tratando da questão ambiental e sua relação com o desenvolvi-

mento sustentável, uma verdadeira antítese em relação aos princípios neoliberais.

Em que pesem tais iniciativas, o fato é que, mesmo comprometido com uma mudança no gerenciamento dos recursos naturais — o que necessariamente passa por uma transformação de base, ou seja, na própria estrutura educacional como meio capaz de formar novos indivíduos, o capitalismo continua operacionalizando as questões vitais da educação e, por conseguinte, de toda a dinâmica social, política e ambiental.

Nesse sentido, o presente estudo trata-se de um ensaio teórico que tem como objetivo compreender os meandros desta relação mantida entre o lucro, a educação e a necessidade, cada vez mais pungente, de preservação ambiental e autossustentabilidade. Para atingir o objetivo proposto, o trabalho toma como percurso metodológico a análise da discussão travada em eventos internacionais e a compreensão crítica de obras de autores que têm feito reflexões acerca das questões ambientais e suas relações históricas e ideológicas.

O texto organiza-se também em discutir o papel da educação diante da problemática da crise ambiental, a partir: de considerações éticas; da conjuntura política, associada a valores que levam à sustentabilidade e justiça social. E que norteiam, portanto, as discussões sobre os desafios ambientais no mundo contemporâneo.

A Problemática da Questão Ambiental e o Avanço do Sistema Capitalista

O sistema capitalista desenvolve contradições em suas relações com a natureza, não só as formas de exploração estão minando as bases de sua produção material e de sua reprodução social, como também a devastação da natureza e a degradação do meio ambiente atingem as populações em grau e intensidade diferentes, abrindo novos caminhos para as reivindicações de equidade e justiça social (GIULIANI, 1998).

Os critérios de análise da problemática ambiental só farão sentido se revelarem, nas suas especificidades bio-geo-físicas e sócio-econômico-culturais, os dois pontos acima mencionados, ou seja, relações de produção e diferentes interesses sociais. Caso contrário, não representam a realidade, mas sim manipulam o real de acordo com os interesses de alguns (LINK, 2008).

Como mostram Melo e Oliveira (2000, p. 64), “a exploração do trabalho, a fome, a xenofobia, a exclusão social e a questão ambiental são problemas recorrentes, motivados, dentro de um sistema cujas causas se misturam às conseqüências, pelo desordenamento econômico”.

Durante a ordem mundial bipolar, a questão ambiental era considerada secundária. Somente movimentos ecológicos e alguns cientistas alertavam a humanidade sobre os riscos de catástrofes ambientais. Mas a grande preocupação dos governos — em especial das grandes potências mundiais — era com a Guerra Fria, com a oposição entre o capitalismo e o socialismo.

Carvalho (1991) observa o debate ecológico dos anos 1970 como uma disputa de forças em busca de afirmar uma determinada interpretação do problema ambiental. Ele apresenta o discurso ecológico oficial — aquele produzido pelos organismos governamentais nacionais ou internacionais — como um esforço para instituir, mundialmente, uma interpretação da crise ecológica que se torne “a verdade”, o consenso mundial sobre o assunto.

Em 1975, a UNESCO, seguindo as recomendações da Conferência de Estocolmo, promove o Encontro de Belgrado, Iugoslávia, onde foram formulados alguns princípios básicos para um programa de educação ambiental. Dois anos depois, em 1977, novamente a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) promovem, em Tbilisi, Geórgia, ex-URSS, a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Este encontro tem sido considerado um dos eventos decisivos nos rumos que a questão ambiental vem tomando, sobretudo porque figura como marco conceitual no novo campo. Nesta Conferência, foram elaborados objetivos, princípios, estratégias e recomendações para a educação ambiental.

Já antes do final dos anos 1980, percebia-se que os problemas ecológicos começavam a preocupar as autoridades soviéticas, norte-americanas e outras, mas sem ganharem muito destaque. Houve, em 1972, na Suécia, a Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, promovida pela ONU e com participação de dezenas de Estados. Naquele momento, a questão ambiental começava a se tornar problema oficial e internacional.

Só a partir dos anos 1990 a questão do meio ambiente torna-se essencial nas discussões internacionais, nas preocupações dos Estados e, principalmente, dos grandes centros mundiais de poder, quanto ao futuro.

A Segunda Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, a ECO-92 ou RIO-92, realizada no Brasil vinte anos após a primeira, contou com maior número de participantes (quase cem Estados-nações). Os governos enviaram não mais técnicos sem poder de decisão, como anteriormente, mas sim políticos e cientistas de alta expressão em seus países.

Isso se deve ao fato de que essa segunda conferência foi realizada posteriormente ao fim da Guerra Fria. O desaparecimento da “ameaça comunista” veio colocar a questão ambiental como um dos mais importantes riscos à estabilidade mundial na nova ordem. Além disso, os governos percebem que as ameaças de catástrofes ecológicas são sérias e precisam ser enfrentadas, e que preservar um meio ambiente sadio é condição indispensável para garantir um futuro tranquilo para as novas gerações.

Nessas conferências, a problemática ambiental suscita várias controvérsias e oposições. Os países ricos voltam suas atenções para queimadas e desmatamentos nas florestas tropicais, particularmente na Floresta Amazônica, a maior de todas. Já os países pobres, em particular os que têm grandes reservas florestais, acham natural gastar seus recursos com o objetivo de se desenvolverem.

De acordo com Araújo e Neto (1999), no cenário da Nova Ordem Mundial, as questões se tornam cada vez mais mundiais e cada vez menos estritamente locais. Destaca-se, entre essas questões de interesse global, o meio ambiente e a consciência de que a destruição am-

biental não traz consequências apenas a um determinado ecossistema de um país ou de um continente, mas sim para todos os que moram no que se convencionou denominar de “Aldeia Global”.

O termo questão ambiental torna-se realmente difundido a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo no ano de 1972. Os países desenvolvidos apresentam as implicações da questão ambiental para a questão econômico-social e propõem, também, maior participação do cidadão, demonstrando necessidade de implantar a educação ambiental para uma maior consciência ecológica (ARAÚJO; NETO, 1999).

Na década seguinte (1990), realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (vinte anos depois da Conferência de Estocolmo). A citada Conferência, a ECO 92, foi realizada no Rio de Janeiro de 3 a 4 de junho, onde se reuniram pessoas de várias nações, níveis sociais e intelectuais, como chefes de Estado, cientistas, ambientalistas, ONGs, jovens, adultos, crianças, índios, etc.

Segundo afirma Magnolli; Scalzaretto (1994, p. 133): “A Conferência do Rio de Janeiro discutiu uma vasta temática, ligada aos climas globais, às florestas e a biodiversidade. Entretanto, poucos acordos práticos foram alcançados, em virtude dos múltiplos interesses divergentes entre as dezenas de países participantes”.

A referida conferência conseguiu chamar a atenção do mundo para os desmandos contra o meio ambiente, pois objetivava os estudos referentes aos problemas ambientais e humanos do planeta, além de encontrar soluções e tomar decisões.

Contudo, depois de várias discussões, alguns pontos foram firmados, assim como a elaboração da Agenda 21, segundo a qual afirma Poloni (1996, p.2): “foram estabelecidas as metas e as estratégias para o equacionamento dos grandes problemas ecológicos e para o desenvolvimento harmonioso das sociedades no próximo século [...]”. Esses são os grandes desafios da humanidade na busca de uma ordem ambiental planetária que supere as divergências entre países e blocos de nações.

Para Link (2008), a questão ambiental não poderá escapar da compreensão das diferenças geradas pelo sistema produtivo, que ocasionaram este ou aquele problema ambiental, visto que desenvolvimento é entendido como implantação da ordem capitalista no seu nível material e ideológico.

Ainda para o mesmo autor, se a questão ambiental não for compreendida deste modo, não se escapará da figura tecnoburocrática que se coloca como a consciência da realidade dispondo de uma atividade racional que organiza a história, dá corpo à nação e funda o poder. Esta figura é chamada para impor as condições daquilo que é e deve ser. É ela que, pela mediação do Estado, desperta a razão que prevê o futuro, encurta o tempo e preconiza o planejamento justificando, teoricamente, todo esse quadro e anulando a rede constituída de relações de produção e as diferenças de interesses sociais.

No momento em que categorias como globalização e mundialização tornam-se cada vez mais significativas para a qualificação da dinâmica político-decisória de nossa própria vida cotidiana, em que a consciência de que nossas possibilidades de reprodução da vida material encontram-se inexoravelmente atreladas a limites ecossistêmicos (que, diga-se de passagem, estamos ainda por melhor compreender), a busca de sustentabilidade por meio de alternativas políticas que considerem a importância da participação local se transforma em uma meta com crescente legitimidade (TAVOLARO, 1999).

A questão ambiental não é problema meramente específico de um país ou uma região. É preciso compreender a humanidade como um todo, onde regras civilizadas de convivência necessitam ser estabelecidas. Há a pretensão de um grupo mais poderoso de gerir uma espécie de “constituição” ou “carta de gestão” do planeta — o que não deveria ocorrer, visto que ele é nosso espaço de vivência em comum. No entanto, tal ideia vai tomando forma e virando realidade neste século XXI.

Tachizawa (2004) afirma que a expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das atuais demandas sociais e ambientais que a comunidade repassa às organizações induzem a um novo

posicionamento por parte dos empresários e executivos em face destas atuais questões.

Assim, o grande problema que se coloca nos dias atuais é o de se pensar num novo tipo de desenvolvimento, diferente daquele que ocorreu até os anos 1980, baseado na intensa utilização — e até desperdício — de recursos naturais não renováveis. Já há algum tempo os primeiros sinais de degradação ambiental que apontaram para a existência de uma crise ambiental tornaram-se tema de domínio público.

Compreender a problemática ambiental como mera questão ecológica significa cair na armadilha do reducionismo, como se o problema estivesse posto na ordem de linearidade do processo interativo humano com a natureza, como se bastasse ao ser humano reaprender a ler o livro da natureza para saber como interagir de forma “ecologicamente correta”. Nada mais equivocado e ingênuo do que crença. Tem ainda por agravante o entendimento de que a questão ambiental é meramente ética, em que se imagina a natureza humana como espírito puro, descolada das relações sociais; em que a racionalidade econômica e a instrumental são invariavelmente dissolvidas pela consciência ecológica (LAYRARGUES, 2004).

Afirma o mesmo autor que se trata, fundamentalmente, do estabelecimento de regras de convívio social que regulem o acesso à natureza e o seu uso, e que distribuam os benefícios e prejuízos da geração de riquezas, tendo a sustentabilidade como eixo. Ou seja: a manutenção das condições ambientais em situação tal que as gerações futuras possam desfrutar de um cenário melhor; ou, na pior das hipóteses, igual ao que a geração atual herdou dos nossos antepassados.

Daí emerge a ideia da questão ambiental como uma questão também de justiça distributiva, terreno onde as ideologias políticas disputam legitimidade política, muito além do campo da ética. É preciso deixar claro que a ética, apesar de fundamental para a instauração de um novo *ethos* que permita a socialização humana ampliada à natureza, relativizando o absolutismo da ética antropocêntrica, é limitada porque é da natureza humana existir uma diversidade de interesses que não se reduzem a um

ethos unidimensional, seja ele de que natureza for. Nesse sentido, a ética necessita estar acompanhada da política, assim como a paz, para ser conquistada, necessita da justiça (LAYRARGUES, 2004).

Dessa forma, somos capazes de convergir pela história a ponto de apresentar absoluta dependência tecnológica, obviamente, a hipótese de reconduzir-se a uma trajetória satisfatória também se faria possível. Neste aspecto, Lima (1999, p. 135) observa que “a questão ambiental, por outro lado, agrega à realidade contemporânea um caráter inovador: por sua capacidade de relacionar realidades até então, aparentemente desligadas; de mostrar a universalidade [...]”.

Globalização, Meio Ambiente e Educação Ambiental

Segundo Martins (2004), a questão ambiental merece um tipo de tratamento unificado, principalmente em razão de a degradação ambiental ser “resultante de um processo social, determinado pelo modo como a sociedade se apropria e se utiliza dos recursos naturais”.

Iniciativas isoladas ou temporizadas dentro de situações pretensamente minimizadas em nada colaboram com controle dos mecanismos que produzem a degradação ambiental. A abordagem a ser introduzida nas nações deve primar pelo reconhecimento de que “qualidade ambiental está diretamente condicionada ao processo de desenvolvimento adotado pelas nações” (MARTINS, 2004).

Assim, ancorado no ideário proposto por Sachs (1986), é possível considerar o desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que, tratando de forma interligada e interdependente as variáveis econômicas, social e ambiental, é estável e equilibrado, garantindo melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. É certo que a implantação do desenvolvimento sustentável passa necessariamente por um processo de discussão e comprometimento de toda a sociedade, uma vez que implica mudanças no modo de agir dos agentes sociais.

Na teoria econômica clássica, a ideia de sustentabilidade se relacionava com a expansão de setores considerados modernos, representados pela indústria e pelos serviços que englobassem os setores mais tradicionais, como a agricultura. Este sistema seria garantido por uma crescente participação das poupanças voluntárias na renda nacional. Com a expansão dos movimentos ambientalistas, tratou-se de definir desenvolvimento sustentável como interação de crescimento econômico e conservação da natureza.

Conforme apontam Burbules e Torres (2004, p. 20), a educação, de uma forma geral, precisa potencializar sua dinâmica política, e isso só é possível resgatando-se um tipo de pensamento (ou sentimento) nacionalista. Segundo os mesmos autores: “[...] do ponto de vista político, alguns contextos nacionais irão organizar a educação em torno de uma concepção revitalizada de nacionalismo e lealdade do cidadão [...]”.

A globalização, portanto, concorre ao sucesso sempre que próxima à realidade palpável, ou seja, sempre que afeita às determinações do próprio indivíduo em relação àquilo que Burbules e Torres (ibidem) chamam “de crença nos direitos humanos”.

Deste modo, partindo da noção básica de desenvolvimento, qual seja “a combinação da expansão econômica persistente (crescimento) com a ampla difusão dos benefícios deste crescimento entre a população”, é possível formular uma definição moderna e atual que combina desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Assim, desenvolvimento sustentável pressupõe expansão econômica permanente, com melhorias nos indicadores sociais e preservação ambiental, humanizando, portanto, os princípios que pautam as ações globalizantes (GOMES, 1995, p. 75).

A visão neoliberal aponta para uma “incapacidade estrutural do Estado para administrar as políticas sociais” (GENTILI, 1998, p. 17), de modo que provoca o seu afastamento das questões centrais, entre elas: educação, economia e meio ambiente. Curiosamente, o neoliberalismo é apontado por pensadores contemporâneos como grande responsável pela crise ambiental e pela despro-

porção entre a qualidade do ensino hoje oferecida pelo Estado e pela iniciativa privada. Não nos esqueçamos de que os centros nervosos de todo e qualquer setor da sociedade são geridos pelo Estado.

Tais considerações, para o pensamento neoliberal, são vazias. Segundo sua ótica, “[...] a crise de produtividade da escola não sintetiza outra coisa senão a crise do centralismo e da burocratização próprias de todo Estado interventor” (GENTILI, 1998, p. 17). Há de admitir-se que o Estado, por vezes, se perca nos labirintos burocráticos e na falta de perspectiva gerada pela sensação de conforto causada pela estabilidade. No entanto, não por isso o neoliberalismo será historicamente inocentado pela série de infortúnios sociais, ambientais e econômicos que vem causando ao longo das últimas seis décadas.

Na ótica de Sachs (1986, p. 23), o desenvolvimento sustentável é um mecanismo “endógeno e dependente de suas próprias forças, e que tem por objetivo a harmonização social e econômica”. Ou seja: ele não prescinde do pensamento deste ou daquele setor, desta ou daquela orientação política ou filosófica. Sachs (1986) adverte que tal modelo deve ser administrado de modo a assegurar tanto a esta como às gerações futuras a possibilidade de desenvolvimento.

Atribuir um conceito a algo acarreta necessariamente atribuir a esse algo uma identidade e, portanto, uma perspectiva de ação pautada pelo que vem inscrito nela. Foi com esta disposição que, tanto os trabalhos da Comissão Brundtland (1983) quanto posteriormente a Conferência das Nações Unidas em Ambiente e Desenvolvimento (1992), no Rio de Janeiro, foram conduzidos. Isso possibilitou a elaboração de uma série de ações que valorizaram o conteúdo inscrito no conceito de desenvolvimento sustentável.

Conclui-se que o desenvolvimento sustentável só é possível mediante os esforços de toda a sociedade, sem a exclusão de qualquer um de seus segmentos, discutindo-se temas importantes, tais como: explosão demográfica, controle da natalidade, desenvolvimento industrial e depredação, nova política educacional etc. É verdade que há a necessidade de implantação de programas, projetos

e trabalhos no sentido de se atingir o desenvolvimento sustentável, mas a maior parte é empreendimento isolado da iniciativa privada.

A Questão Ambiental e o Mundo Empresarial

Um princípio comum a toda e qualquer organização empresarial diz respeito à eficiência dos sistemas produtivos. De fato, não há nada de errado em pautar a atividade empresarial por tal princípio, mas o preço de tanta eficiência revelou-se muito alto. Os lucros cada vez maiores e uma dinâmica competitiva cada vez mais acirrada promoveram o mundo empresarial à condição de principal predador do meio ambiente.

Como madeireiros veteranos que derrubaram florestas inteiras, e de repente se veem em meio a um deserto sem nada para produzir, os empresários também se viram diante de um novo desafio: como continuar produzindo e lucrando sem condenar o meio ambiente, justamente o único provedor dos meios necessários para as suas atividades?

Antes que se pense em uma resposta efetiva, convém ressaltar que, segundo observa Maimon (1996, p. 20), não havia, por parte das empresas, pelo menos até a década de 1970, uma preocupação conservacionista. No máximo, preocupavam-se em “evitar acidentes locais e cumprir as normas determinadas por órgãos reguladores”. No entanto, a estratégia demonstrava-se equivocada, uma vez que, ainda nas palavras de Maimon (1996), “poluía-se para depois despoluir”, onerando substancialmente os custos das empresas.

O raciocínio gerado por este complexo sinalizava a incompatibilidade entre o crescimento econômico e as políticas de proteção ambiental. Mais um equívoco que acabou dirimido, não por uma estrita conscientização empresarial, mas em razão dos próprios acontecimentos e da dinâmica econômica gerada por eles.

Praticamente toda a década de 1970 foi permeada por crises econômicas e eventos ambientais. Entre as prin-

cipais crises estão os dois choques de petróleo ocorridos em 1973 e 1979. Por necessidade financeira, as organizações minimizaram seus gastos com energia, diminuindo-os de 40%, em 1970, para a faixa de 34%, em 1985. Observe-se:

O consumo de energia por unidade de produto na indústria química sofreu um decréscimo da ordem de 57%; na indústria de cimento, papel, aço e alumínio também houve importante diminuição no consumo energético [...]. A indústria de papel e celulose dividiu por dois as emissões de dióxido de enxofre e por quatro os despejos na água. A melhor *performance* foi obtida pelo setor de cimento que solucionou as emissões de partículas em suspensão resultante da combustão nos altos-fornos (MAIMON, 1996, p.21).

Assim colocado, pode-se perceber que a resposta ensaiada à questão: “como continuar produzindo e lucrando sem condenar o meio ambiente, justamente o único provedor dos meios necessários para as suas atividades?” iria, necessariamente, atrelar-se à condicionante econômica. As empresas passam a compreender que a diminuição de certos custos prosperava não somente em seus balanços, mas com a opinião pública. Se ainda não se configurava um modelo ético ambiental, certamente formatava-se um primeiro e importante passo nesta direção.

Donaire (1995, p. 15) observa, nesse aspecto, que os administradores foram aos poucos percebendo “que suas organizações não se baseavam somente nas responsabilidades referentes a resolver problemas econômicos fundamentais (o que, como e para quem produzir)”, e foram se dando conta do “surgimento de novos papéis que devem ser desempenhados, como resultado das alterações no ambiente em que operam”.

Os “novos papéis” mencionados por Donaire (1995) certamente seriam compostos pela aceitação empresarial de que o esgotamento dos recursos naturais seria, ao mesmo tempo, o esgotamento de suas próprias fontes econômicas, e revelaria uma profunda inconsistência entre uma suposta competência organizacional histórica, assim como uma derrocada em razão de uma gestão equivocada de tais recursos.

O Relatório Brundtland foi publicado em 1987 sob o título “Nosso futuro comum”. Ele sintetizou a nova expressão ideológica de grupos e países — basicamente neoliberais — que coordenavam os setores mais fortes da ONU, determinando que as novas políticas considerassem o mercado como peça fundamental para a situação de melhoria qualitativa das três esferas tratadas: econômica, social e ambiental. Surgia assim a nova política ambiental para o neoliberalismo: o “desenvolvimento sustentável” (SCHMIDHEINY, 1992, p. 6).

Todo este envolvimento empresarial das questões ambientais justificou-se — e certamente se mantém sob a mesma justificativa — pela autopreservação; e, mesmo pautado dessa forma, a resistência em relação às implementações sustentáveis ainda é relativamente grande. Deste modo, submeter a atividade empresarial às doutrinas previstas em certificações e normativas técnicas revelou-se uma solução bastante eficiente, já que tais certificações atestam a qualidade e o compromisso destas organizações.

Meio Ambiente, Perspectiva Educacional e Suas Variantes

A questão socioambiental é, sem dúvida, das mais complexas, uma vez que envolve mecanismos que operam o funcionamento da sociedade moderna. Lima (1999, p. 135) descreve o quadro da seguinte maneira:

A questão ambiental, neste sentido, define, justamente, o conjunto de contradições resultantes das interações internas ao sistema social e deste com o meio envolvente. São situações marcadas pelo conflito, esgotamento e destrutividade que se expressam nos limites materiais ao crescimento econômico exponencial; na expansão urbana e demográfica; na tendência ao esgotamento de recursos naturais e energéticos não renováveis; no crescimento acentuado das desigualdades socioeconômicas intra e internacionais, que alimentam e tornam crônicos os processos de exclusão social; no avanço do desemprego estrutural; na perda da biodiversi-

dade e na contaminação crescente dos ecossistemas terrestres, entre outros. São todas realidades que comprometem a qualidade da vida humana em particular e ameaçam a continuidade da vida global do planeta.

Tais observações, de pronto, parecem invalidar ou descharacterizar quaisquer ações educativas no sentido de resgatar os meios relacionais devidos com o meio ambiente. Primeiro porque aquele “conjunto de contradições” reportado pelo autor atua numa outra esfera de poder contra a qual nada poderiam os instrumentos educacionais; segundo, porque a dependência não permitiria mais retorno. Como bem se denota, o problema seria muito maior.

Mesmo considerando que existe certo interesse pelas questões ambientais, há de reconhecer-se a falta de informação e conhecimento dos problemas ambientais. Logo, a educação ambiental que tenha por objetivo conscientizar e sensibilizar as pessoas sobre os problemas (e possíveis soluções) existentes em sua comunidade, buscando transformar essas pessoas em indivíduos que participem de decisões coletivas, exercendo desse modo o direito à cidadania, torna-se instrumento indispensável no processo de compreensão e de divulgação do desenvolvimento sustentável.

A sensibilização do indivíduo é o passo inicial — e, muitas vezes, definitivo —, no sentido de responsabilizar-se por si mesmo e pelo semelhante. Há de salientar-se aqui a ausência de apelo de ordem religiosa. Pelo contrário: trata-se de uma constatação intelectual que ancora o sujeito nos princípios da aceitação do outro.

Freire (1996) discorria sobre o compromisso do indivíduo com a ação; no entendimento do educador, não haveria que se definir uma conduta através de sua compreensão imaterial, mas sim em razão da atitude em relação a ela, pois só uma ação é capaz de produzir uma reação.

Neste aspecto, quanto mais vivências/experiências tenha o indivíduo, tanto mais articulado será. Obviamente, Freire (1996) se refere a experiências de fato, ou seja, situações nas quais o sujeito operou algum tipo de intermediação

cultural que tenha resultado num conhecimento adquirido e transmitido, pois conhecimento retido é saber inútil.

Na concepção do autor (1996), crítica e esperança não são elementos antagônicos, mas sim dialogam constantemente numa espécie de simbiose. Sempre que o sujeito ou o grupo elabora uma crítica, desconstrói a possibilidade de uma não projeção, quer dizer, uma não esperança que o imobilizaria no sentido mesmo de ignorância e alienação. A crítica é, no contexto da pedagogia autônoma, a antessala da própria esperança, pois é ela quem articula os elementos necessários para a transformação social.

Scocuglia (1999, p. 27), sobre o pensamento de Paulo Freire, observa que “o substancial avanço das suas posições político-pedagógicas faz que suas idéias e sua prática sejam referências marcantes no campo da educação contemporânea”. Aquele quer dizer que este, de fato, introduz uma perspectiva revolucionária à educação, e não apenas no sentido da sua consecução, mas principalmente no que diz respeito à sua própria composição.

Na perspectiva freireana, não se trata mais (ou apenas) de como ministrar os conteúdos educacionais, mas fundamentalmente de direcionar tais conteúdos de forma prática e produtiva. O aprendizado não pode restringir-se à assimilação de uma simbologia historicamente imobilizada; ao contrário, deve valer-se de tais símbolos de modo a aplicá-los sobre a realidade cotidiana. Deste modo, o conhecimento se configura como algo que se irradia para além da sala de aula, pois é transmitido pelo próprio educando em suas práticas diárias.

Convém alertar, contudo, que a “escola continua sendo essencialmente uma organização burocrática, normalizadora e disciplinadora, cuja principal função [...] é a socialização da força de trabalho” (GENTILI e SILVA, 2010, p. 109). É óbvio que, ao longo das últimas décadas, a escola venha se transformando num ambiente mais receptivo do ponto de vista democrático, e que o pensamento ali praticado se expanda por áreas antes discriminadas ou ignoradas, entre elas o próprio direito ambiental.

Em termos mais específicos, a educação ambiental deve expandir-se para além da escola e chegar à comunidade. Para tanto, é possível citar a ação do professor em sala de aula e a aplicação de atividades extracurriculares, através da organização de atividades que envolvam leituras, pesquisas, debates, dentre outras. Assim, os alunos terão maiores possibilidades de compreender alguns dos problemas que afetam a comunidade onde vivem; poderão refletir e criticar as ações que desrespeitam o meio ambiente e, muitas vezes, destroem um patrimônio que é de todos (MARTINS, 2004).

Partindo da premissa de que é fundamental aplicar-se uma educação capaz de irradiar-se sobre a sociedade, há de se ter em mente a perspectiva dos elementos que se ocultam nos conteúdos ministrados. A reflexão que se instaura, portanto, advém da criticidade possibilitada, pois também possibilita um debate muito mais amplo. Ao atuar para além dos conteúdos programáticos, o educador descortina para toda a sociedade os saberes que não se revelariam habitualmente.

Isso não quer dizer que se deva prescindir das atividades curriculares ou sistematizadas; pelo contrário, a educação escolar, através de atividades sistematizadas, pode e deve conscientizar os alunos acerca da importância do desenvolvimento de ações que visem atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, levando-os a se tornarem cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do planeta.

Tal comprometimento seria a decorrência natural estendida para além da prática educacional. Conforme Giroux (1997), quando o indivíduo assimila os conteúdos programáticos e também os pratica como forma consciente de intervenção social, ele não mais se restringe a esta ou aquela atividade ou segmento. Quando, por exemplo, ele exerce uma atividade profissional, também desempenha uma atividade intelectual, pois seu espírito crítico não mais lhe permite agir mecanicamente.

Funções como a docência pressupõem uma atividade intelectual que ocorre paralela e simultaneamente a um conjunto de crenças, valores, atitudes e proje-

tos que, necessariamente, são se configuram como ideologias estanques, de modo que é fundamental a existência de um diálogo constante. A troca de informações através deste diálogo é que permitirá que o comprometimento seja cada vez mais ramificado acerca dos inúmeros conhecimentos possíveis.

Segundo Freire (1996), a educação sempre foi um mecanismo de conquista; e, a depender de seus protagonistas, a conquista não estaria restrita à perspectiva da liberdade, mas, ao contrário, sinalizaria com a mais contundente operação alienista. Paulo Freire certamente pautou sua produção intelectual pela conquista da liberdade. Em momento algum da sua trajetória como educador, manifestou interesse em aproximar-se de estatutos cerceadores comuns aos regimes que se tornam pretensamente autossuficientes e, portanto, autoritários.

Em suma, um aprendizado para o meio ambiente deve, antes de tudo, privilegiar a liberdade, condicionante basilar da cidadania, que por sua vez, formata-se como componente indispensável no engajamento social do indivíduo.

Conforme se pode depreender, a escola, na sua condição natural e orgânica, configura-se como ambiente propício à aquisição do conhecimento. Deve, portanto, manter-se — e, para tanto, o esforço de uns poucos é enorme — como “refúgio do pensamento crítico e da reflexão” (TRIGUEIRO, 2005, p. 263).

O fomento do pensamento crítico dá-se não apenas pela exposição do educando às diversas fontes de conhecimento, mas também pela ação; ou seja: pelo gesto, pela atitude, pelo contato com a realidade mais e mais degradada a cada dia. Segundo Trigueiro (2005), o espaço escolar serve como um imenso laboratório de ideias, em que

[...] o conhecimento e a criatividade deveriam ser aplicados com ênfase na construção de um mundo mais ético, justo e sustentável. Um espaço protegido das demandas imediatistas do mercado, que muitas vezes relegam à escola a função de formar consumidores comportados e novos quadros profissionais perfeitamente ajustados ao velho paradigma. [...] Uma escola assim ofereceria a devida resistência ao que

poderíamos chamar de movimento de manada, uma autêntica marcha da insensatez que inspirou o atual modelo de desenvolvimento, responsável pela destruição sistemática e sem precedentes dos recursos naturais não renováveis do planeta (TRIGUEIRO, 2005, p. 263).

A escola tradicional atua como mantenedora de uma sistemática, não raro predatória, já que não disciplina seus discentes de modo a privilegiar a sustentabilidade. Cabe à escola incentivar ações que não se restrinjam à dinâmica interna (intramuros), e promover a ideia da transformação a partir da experiência de vida dos próprios envolvidos no processo do conhecimento. Tanto os alunos como os educadores apresentam históricos capazes de promover um aprendizado bastante significativo a partir das vivências experimentadas.

Considerações Finais

Os reflexos desse processo de avanço da atual conjuntura de Globalização podem ser observados nas múltiplas faces das crises social e ambiental, e tem gerado reações sociais, em escala mundial, e despertado a formação de uma consciência e sensibilidade novas em torno das questões ambientais.

Nessa perspectiva, na medida em que se formam indivíduos cada vez mais comprometidos com a questão da sustentabilidade, mais se oportuniza a implantação de um cenário organizacional que tenha o mesmo comprometimento. A médio e curto prazo, o conhecimento ambiental destes indivíduos terá migrado para o ambiente organizacional, tornando-o naturalmente responsável, considerando-se o fato que as organizações são formadas por pessoas, e que são estas as responsáveis pelos princípios que pautarão a atividade destas organizações.

A educação não está mais restrita à sala de aula ou à ação do educador. Atualmente, dada à profusão dos meios de comunicação, a informação chega por todos os lados e, muitas vezes, é multifacetada pelas diversas interpretações e abordagens ideológicas.

O mundo que se apresenta aos educandos de nível fundamental, por exemplo, principalmente àqueles que estão iniciando sua jornada educacional, não é mais o mundo perfeito dos contos de fadas, tampouco o idealizado pelo didatismo da alfabetização. Há de se considerar as informações que chegam através da televisão e, mais recentemente, da avalanche que vem através da internet.

Na educação infantil, já a partir da pré-escola, verifica-se a importância de cuidar do jardim ou de separar o lixo cuidadosamente como medidas acertadas, não há dúvida. Todavia é necessário que se vá além destas medidas pontuais. O contexto que se apresenta não permite mais projeções a longo prazo, de modo que tais implementos educacionais soam meramente românticos caso fiquem somente nesta perspectiva pontual e individual. É preciso ampliar as discussões e vislumbrar ações coletivas que, inclusive, extrapolem os limites da escola. Mas, nem tudo é irresoluto em si mesmo.

Tal perspectiva foi suficiente para que muitos profissionais, das mais diversas áreas, passassem a buscar alternativas que mantivessem a sociedade moderna funcionando e em sintonia com o meio ambiente. Assim, desatrelar-se de quaisquer condicionantes meramente românticas e formatar bases efetivamente pedagógicas constituir-se-ia um primeiro e importante passo.

Referências

- ARAÚJO, M. C. C.; NETO, M. T. DE O. C. A Geografia e o Meio Ambiente na Nova Ordem Mundial. **Revista da UFRN**. 1999.
- BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e Educação**. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 95-105, 1986.
- CARVALHO, I. C. M. Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos. **Série Registros**, nº 9, p. 1-56, São Paulo: Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente, 1991.
- DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 6. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GENTILI, Pablo A. A. **A falsificação do consenso**. Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Visões críticas. 13. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GIROUX, Henry. **Os Professores como** Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- GIULIANI, G. M. **A Questão Ecológica, a Indústria e o Capitalismo**. Rio de Janeiro, 1998.
- GOMES, G. M. (org.). **Desenvolvimento Sustentável no Nordeste**. IPEA, Brasília, 1995.
- HENRIQUE, W. Pela continuidade da geografia crítica. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. VII, nº 400, 25 de septiembre de 2002.
- LAYRARGUES, P. P. A questão ambiental também é uma questão política. In: **Programa Salto para o Futuro** (Sério Vida e Natureza, Ambiente e Cultura – Temas Ambientais Contemporâneos). 2004.
- LIMA, Débora. **Movimento Socioambiental: Significado para a Conservação da Biodiversidade**. Seminário Internacional Presença Humana em Unidades de Conservação. Anais. 1999.
- LIMA, G. F. da C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, nº 5, 135-153, 1999.
- LINK, V. A questão do Ambiente. 2008. Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/ambiente-q/index.html. Acesso em 12 de agosto de 2010.
- LINK, V. A questão do Ambiente. 2008. Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/ambiente-q/index.html. Acesso em 12 de novembro de 2010.
- MAGNOLLI, D.; SCALZARETTO, R. A nova geografia: a sociedade e a natureza. São Paulo: Moderna, 1994.
- MAIMON, D. **Passaporte verde: gerência ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- MARTINS, T. **O conceito de desenvolvimento sustentável e seu contexto histórico: algumas considerações**. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 8, nº 382, 24 jul. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5490>. Acesso em: 05 dez. 2010.
- MELO, F. C. C. de; OLIVEIRA, M. de. **Desenvolvimento sustentável: origens e noções conceituais**. Mossoró-RN: Fundação Vingt-Un Rosado, 2000.
- POLONI, D. R. Política Educacional no Brasil do Ensino de Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 10, 1996, **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SCHMIDHEINY, S. **Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial**

global sobre o desenvolvimento e o meio ambiente. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

SCOCUGLIA, Afonso C. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa: UFPB, 1999.

SILVA, L. R. da. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de Negócios Focadas para a Realidade Brasileira**. 2ª Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2004.

TAVOLARO, S. B. F. A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. *Ambiente & sociedade*, n. 5 Campinas July/Dec. 1999.

TRIGUEIRO, A. **Mundo Sustentável**. Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

Recebido em 20/06/2011

Aprovado em 06/10/2011